

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 758.310 - SP (2015/0193957-9)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : GERSON LUIZ BILIASI
ADVOGADOS : JÚLIO CÉSAR POLLINI E OUTRO(S) - SP128933
GERALDO JOSÉ URSULINO - SP145484
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência opostos contra acórdão da colenda Segunda Turma, proferido em sede de agravo interno em agravo em recurso especial, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE ESPECIAL. EXPOSIÇÃO HABITUAL E INTERMITENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SEM COTEJO.

1. As normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e as atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais.

2. A Corte de origem concluiu que não ficou comprovado o exercício de atividade especial no período de 1º/7/1981 a 31/5/1989 com base no fundamento de que, nos termos do DIRBEN-8030 e do laudo técnico, a atividade desenvolvida proporcionava ao autor uma exposição de forma habitual, mas intermitente, ao agente nocivo eletricidade. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos.

Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Ausência de cotejo analítico. Ademais, a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 758.310/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016)

Tal aresto foi integrado por outro proferido em sede de embargos de

declaração, os quais foram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS DO ART. 535 DO CPC. PRETENSÃO DE REEXAME E ADOÇÃO DE TESE DISTINTA.

1. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com tese distinta.

2. O acórdão embargado foi categórico ao afirmar que a Corte de origem concluiu que não ficou comprovado o exercício de atividade especial no período de 1º/7/1981 a 31/5/1989 com base no fundamento de que, nos termos do DIRBEN-8030 e do laudo técnico, a atividade desenvolvida proporcionava ao autor uma exposição de forma habitual, mas, intermitente, ao agente nocivo eletricidade. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos.

Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Diferente do que ocorre na espécie, contradição, omissão ou obscuridade, porventura, existentes só se dão entre os termos do próprio acórdão, ou seja, entre a ementa e o voto, entre o voto e o relatório etc, segundo a inteligência do art. 535 do CPC.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões dos embargos de divergência, a parte embargante alega que o acórdão hostilizado divergiu de precedentes das Quinta e Sexta Turmas.

Eis as ementas dos paradigmas:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDA SOB AGENTES INSALUBRES. FUNÇÕES QUE NÃO CONSTAM NOS DECRETOS N.º 53.831/64 E 83.080/79. PERÍODO VINDICADO QUE NÃO GOZA DE PRESUNÇÃO LEGAL. COMPROVAÇÃO POR MEIO DE LAUDO PERICIAL. NECESSIDADE. REEXAME DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7 DESTA CORTE. PERÍODO INSALUBRE RECONHECIDO ANTERIOR À LEI N.º 9.032/95. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA SOB OS AGENTES NOCIVOS. DESNECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. É indispensável a comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos, por laudo pericial, para fins de conversão de tempo de serviço comum em especial, quando as atividades desenvolvidas pelo autor não se enquadram no rol do Decreto n.º 53.831/64 e nem no Decreto n.º 83.080/79. Precedentes.

2. A exigência de habitualidade e permanência da exposição sob agentes nocivos somente foi trazida pela Lei 9.032/95, não sendo

aplicável à hipótese dos períodos trabalhados na empresa Técnica Nacional de Engenharia - TENENGE, anteriores à sua publicação.

3. Agravo regimental parcialmente provido, apenas para reconhecer como tempo de serviço especial, o período anterior à publicação da Lei n.º 9.032/95, trabalhado na empresa Técnica Nacional de Engenharia - TENENGE.

(AgRg no AREsp 8.440/PR, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 09/09/2013)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. TEMPO DE SERVIÇO EXERCIDO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. INCIDÊNCIA DA LEI VIGENTE NO MOMENTO DA PRESTAÇÃO. DECRETOS 53.831/64 E 83.080/79. ROL EXEMPLIFICATIVO. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE. DESNECESSIDADE.

1. A recorrente não logrou comprovar o dissídio jurisprudencial nos moldes exigidos pelos arts. 541, parág. único do CPC e 255 do RISTJ, uma vez que não realizou o necessário cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas, a fim de demonstrar a similitude fática e jurídica entre eles.

2. Em observância ao princípio do tempus regit actum, deve ser aplicada a legislação vigente no momento da prestação do serviço em condições especiais.

3. O rol de categorias profissionais danosas previsto nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79 é meramente exemplificativo, podendo ser também considerada especial a atividade comprovadamente exposta a agentes nocivos, mesmo que não conste no regulamento. Precedentes do STJ.

4. A exigência de exposição de forma habitual e permanente sob condições especiais somente foi trazida pela Lei 9.032/95, não sendo aplicável à hipótese dos autos, que é anterior à sua publicação.

5. No caso, incide a redação original do art. 57 da Lei 8.213/91, que impõe para o reconhecimento do direito à majoração na contagem do tempo de serviço que a nocividade do trabalho seja permanente, o que ocorre na presente hipótese, uma vez que restou devidamente comprovado que o recorrente estava em contato direto com agentes nocivos no desempenho de suas atividades mensais de vistoria em coletas e acondicionamentos de efluente.

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, para determinar o retorno dos autos ao Juízo de 1ª instância, para que analise os demais requisitos para a concessão do benefício pleiteado e prossiga no julgamento do feito, consoante orientação ora estabelecida.

(REsp 977.400/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA

FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 05/11/2007, p. 371)

PREVIDENCIÁRIO. ESPECIALIDADE DO LABOR. TEMPO DE SERVIÇO EXERCIDO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. LEI Nº 9.032/95. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Consoante entendimento jurisprudencial desta Corte, a partir da edição da Lei nº 9.032/95, passou-se a exigir a exposição aos agentes nocivos de forma habitual e permanente para caracterização do trabalho como especial.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1270977/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 01/08/2012)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. CONVERSÃO. AGENTE NOCIVO. ELETRICIDADE. EXPOSIÇÃO A CONDIÇÕES ESPECIAIS PREJUDICIAIS À SAÚDE OU À INTEGRIDADE FÍSICA. COMPROVAÇÃO.

1. Consoante entendimento desta Corte, é possível a conversão do tempo de serviço exercido sob condições especiais, à míngua de presunção legal que enquadre a atividade como insalubre, perigosa ou penosa, com a condição de que seja devidamente comprovada a especialidade da função.

2. O agravante não trouxe qualquer argumento capaz de infirmar a decisão que pretende ver reformada, razão pela qual há de ser mantida.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1240450/PR, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 14/06/2011, DJe 04/08/2011)

Alegou, para tanto, que, “no caso concreto, decidiu a 2ª turma de julgamento desse e. Sodalício que, se o Tribunal de origem, “concluiu que não ficou comprovado o exercício de atividade especial no período de 1º/7/1981 a 31/5/1989 com base no fundamento de que, nos termos do DIRBEN-8030 e do laudo técnico, a atividade desenvolvida proporcionava ao autor uma exposição de forma habitual, mas, intermitente, ao agente nocivo eletricidade. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ” (destacamos e grifamos) Em contrapartida, as

quinta, sexta Turma desse c. Colegiado, nos autos dos AgRg no AREsp 8440/PR; REsp 977.400/RS; AgRg no REsp 1270977/PR, decidiu pela JURIDICIDADE da questão, ou seja, adotou posicionamento jurídico e não probatório sobre a desnecessidade da exposição antes do advento da Lei 9.032/95, ser conjugada de forma habitual e permanente para fins de reconhecimento do labor especial”.

Este Relator admitiu os embargos de divergência na decisão de fls. 436-438.

A parte embargada apresentou impugnação às fls. 446-449.

O Ministério Público Federal, no parecer de fls. 451-455, opinou pelo não conhecimento dos embargos de divergência, nos termos seguintes:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. Ação ajuizada em face do INSS visando à obtenção de aposentadoria por tempo de contribuição mediante o cômputo como especial do período trabalhado sob condições insalubres – exposição ao agente nocivo eletricidade - entre 1º.07.1981 e 31.05.1989 e a sua subsequente conversão em tempo de serviço comum. Ação julgada procedente. Apelação do INSS e remessa oficial monocraticamente providas, para julgar improcedente a demanda. Agravos internos não providos. Recurso especial do Autor não admitido na origem. Agravo interposto para destrancá-lo não provido pelo Ministro Relator. Decisão monocrática confirmada por Acórdão no qual a Segunda Turma do STJ negou provimento ao agravo interno interposto pelo Autor, integrado pelo que rejeitou os embargos de declaração por ele opostos. Embargos de divergência por ele opostos sob o fundamento de que o Acórdão da Segunda Turma do STJ, ao concluir que o óbice de sua Súmula nº 7 impediria o afastamento da conclusão da Corte de origem de que “nã o ficou comprovado o exercício de atividade especial no período de 1º/7/1981 a 31/5/1989”, uma vez que “nos termos do DIRBEN-8030 e do laudo técnico, a atividade desenvolvida proporcionava ao autor uma exposição de forma habitual, mas intermitente, ao agente nocivo eletricidade”, teria divergido do entendimento adotado pela Quinta Turma do STJ em dois Acórdãos apontados como paradigmas, nos quais se concluiu que “A exigência de exposição de forma habitual e permanente sob condições especiais somente foi trazida pela Lei 9.032/95, não sendo aplicável à hipótese dos autos, que é anterior à sua publicação”. Embargos de divergência que não são suscetíveis de conhecimento. Isso porque o Acórdão embargado e os Acórdãos apontados como paradigmas não guardam semelhança fática, nem mesmo quanto à tese jurídica a eles subjacente. Enquanto a análise da pretensão de fundo veiculada na demanda foi obstada no

Acórdão embargado em virtude da incidência da Súmula nº 7 do STJ, os paradigmas veiculam tese jurídica baseada no exame do mérito da controvérsia, segundo a qual o requisito de exposição permanente ao agente nocivo somente seria exigível a partir da entrada em vigor da Lei nº 9.032/1995, matéria que nem mesmo superficialmente foi analisada pela Segunda Turma do STJ no Acórdão embargado. Impossibilidade de conhecimento dos embargos de divergência que também decorre do óbice da Súmula nº 158 do STJ, segundo a qual “Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de Turma ou Seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada.”, hipótese dos autos, na qual ambos os Acórdãos apontados como paradigmas são da Quinta Turma dessa Colenda Corte, que não mais ostenta competência para o julgamento de matéria pertinente ao Direito Previdenciário, atualmente atribuída à Primeira e Segunda Turmas, especializadas em Direito Público. Embargos de Divergência que não devem ser conhecidos.

É o relatório. Passa-se a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso foi interposto contra acórdão publicado ainda na vigência do CPC de 1973, de maneira que incide, na espécie, o Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."*

Os embargos não merecem ser conhecidos.

Em primeiro lugar, os paradigmas aqui analisados são das colendas Quinta e Sexta Turmas. No entanto, tais órgãos não mais possuem competência para julgamento de matéria previdenciária, como a tratada no caso dos autos.

Nesse contexto, incide, na espécie, a Súmula 158/STJ: *"Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de Turma ou Seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada."*

Nos termos da jurisprudência da egrégia Corte Especial, *"os embargos de divergência evitam que persista, dentro do mesmo Tribunal, dissenso sobre a interpretação da lei federal. Esse risco não existe quando o paradigma é de Turma que não mais detém competência para o julgamento da matéria, motivo pelo qual o recurso não se justifica"* (AgInt nos EAREsp 526.27/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ,

CORTE ESPECIAL, julgado em 17/08/2016, DJe 21/09/2016).

Tal entendimento persiste mesmo após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, permanecendo aplicável o referido enunciado sumular.

A propósito, citam-se julgados atuais da Corte Especial:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. UTILIZAÇÃO DE PRECEDENTE DE TURMA SUBMETIDA À ALTERAÇÃO REGIMENTAL DE COMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 158 DO STJ. AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS CASOS CONFRONTADOS. INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO DETERMINADA PARA A PRIMEIRA SEÇÃO, PARA ANÁLISE DO RECURSO SOB À LUZ DOS PARADIGMAS REMANESCENTES. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO CONHECIDOS. PREJUDICADAS AS DEMAIS INSURGÊNCIAS.

1. O acórdão embargado, da PRIMEIRA TURMA, tratou da questão acerca do requisito temporal exigido para os titulares de cartório participarem do concurso de remoção, concluindo que "o critério temporal de dois anos de exercício de titularidade em cartório, exigido pela Lei n. 8.935/94 e pela Resolução n. 81 do CNJ, para disputar concurso de remoção, representa condição para participação no próprio certame, não se tratando de mero requisito para o exercício de atividade notarial no cartório de destino, de modo que possa ser aferido tão somente no momento da posse. Inaplicável, à espécie, a orientação contida na Súmula 266/STJ."

2. O acórdão paradigma é da SEXTA TURMA, que não mais detém competência para processar e julgar a matéria. Incidência da Súmula n.º 158 do STJ: "Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de turma ou seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada."

3. O propósito da via recursal dos embargos de divergência é unificar a interpretação da legislação federal, evitando dissidência interna. Se a Turma supostamente dissidente já não mais detém a competência para julgar novamente a matéria controvertida, inexistente o problema, ou seja, não subsistirá divergência. Caberá, no caso dos autos, às Turmas da Primeira Seção harmonizar seu entendimento, independentemente do que entendiam as Turmas da Terceira Seção, sob pena de subversão da via recursal, que é de caráter sabidamente restrito.

4. Vale ressaltar que não há espaço para aplicação da referida súmula quando o acórdão embargado (e não o paradigma) for de uma das Turmas que perdeu a competência. Isso porque o sistema não convive com dissidência atual e contraposta àquelas Turmas

que assumiram a competência interna da matéria em questão.

5. O Novo Código de Processo Civil (inciso I do art. 1.043) não teve o condão de superar a racionalidade do entendimento até então prevalente nesta Corte, quando restringe a admissibilidade dos embargos de divergência às hipóteses de divergência atual. Mutatis mutandis, é esse o espírito da Súmula n.º 168 do STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado." Ora, se não se fala em divergência quando não há atualidade da discussão entre as Turmas e Seção hoje competentes, menos ainda com paradigma de Turma ou Seção que não mais detenha competência sobre a matéria.

6. Se não bastasse, inexistente semelhança fático-jurídica entre as hipóteses comparadas, o que obsta a admissibilidade dos embargos de divergência. Como se viu, a controvérsia deduzida nestes autos foi enfrentada pela Primeira Turma, que expressamente excluiu a incidência da Súmula n.º 266 do STJ, diferenciando o caso em tela - exigência tempo de exercício na titularidade de cartório para participação no concurso de remoção - daquele outro em que o paradigma trata de requisito para o exercício de cargo público. Ressaltou o acórdão embargado que "o tempo de exercício de titularidade cartorária, exigido nos concursos de remoção de cartórios, assemelha-se ao período de prática jurídica necessário à inscrição em concursos da Magistratura ou do Ministério Público, hipótese em que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI n. 3.460/DF, concluiu ser constitucional a exigência da comprovação do requisito na data da inscrição no concurso." Nada disso foi objeto de debate, tampouco decisão, no acórdão paradigma.

7. Embargos de divergência não conhecidos, com a cassação da liminar anteriormente deferida. Prejudicados, por conseguinte, os embargos de declaração, agravos internos e pedido de extensão dos efeitos da liminar.

(EREsp 1394902/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/06/2019, DJe 01/07/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA. SERVIÇO TEMPORÁRIO DO EXÉRCITO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284/STF. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284/STF. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA, CONTRÁRIO SENSO, DA SÚMULA N.º 316/STJ. EMBARGOS

LIMINARMENTE INDEFERIDOS. ADEMAIS, OS PARADIGMAS SÃO DA QUINTA TURMA, QUE, DESDE A EMENDA REGIMENTAL N.º 11, 2010, JÁ NÃO DETÉM COMPETÊNCIA SOBRE A MATÉRIA REFERENTE A SERVIDORES PÚBLICOS, CIVIS OU MILITARES. SÚMULA N.º 158 DO STJ.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Hipótese em que o recurso especial não foi conhecido pelo Ministro Relator, que aplicou o óbice da Súmula n.º 284/STF, decisão essa mantida pela Segunda Turma, ao desprover o agravo interno.

Ausência de apreciação do mérito do recurso especial. Incidência, contrario senso, da Súmula n.º 316/STJ: Cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial". Precedentes.

2. Ainda que assim não fosse, há um segundo óbice, insculpido na Súmula n.º 158/STJ: "Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de turma ou seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada." É o caso dos autos: o acórdão foi prolatado pela Segunda Turma, em matéria de servidor público militar (repita-se, que sequer foi examinada), e os paradigmas são acórdãos da Quinta Turma, que desde a emenda regimental n.º 11, de 2010, não mais julga questões envolvendo servidores públicos, civis ou militares.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EREsp 1625116/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 26/03/2019, DJe 01/04/2019)

Em segundo lugar, o acórdão ora embargado não adentrou o mérito do recurso especial, pois considerou incidente o óbice previsto na Súmula 7/STJ, a inviabilizar seu conhecimento tanto pela alínea *a* como pela *c* do permissivo constitucional.

Com efeito, a questão de fundo trazida na petição do apelo especial, acerca da possibilidade de contagem do tempo de serviço especial para fins de aposentadoria, considerando a exposição a agentes nocivos de forma habitual, não foi objeto de exame no aresto proferido pela colenda Segunda Turma deste Tribunal Superior, porque presente óbice formal ao conhecimento do recurso (Súmula 7/STJ). Desse modo, não há matéria federal, seja de direito material ou de direito processual, a ser uniformizada no âmbito desta Corte Superior.

Incide, portanto, na hipótese, o enunciado 315 da Súmula do STJ: "*Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite*

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial."

Ademais, nesses circunstâncias, falta até mesmo similitude fática entre os acórdãos confrontados, já que os paradigmas adentraram o mérito e o acórdão embargado analisou a controvérsia sob a ótica da aplicação da referida Súmula 7/STJ. Mais uma razão a ensejar o não conhecimento dos embargos de divergência.

Diante do exposto, em nova análise, não conheço dos embargos de divergência.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator